

## PLANO DE ENSINO

**Curso:** Direito

**Disciplina:** LABORATÓRIO DE PRÁTICA JURÍDICA TRIBUTÁRIA

**Período:** 10º Período **Turmas:** Diurno e Noturno **Carga Horária:** 36H/a

**Professor:** Rogério Cannizzaro Almeida

**Semestre:** 2021.2

### EMENTA

Defesas administrativas interpostas perante os Órgãos Administrativos de Julgamento. Estudo de procedimentos e julgamentos administrativos. Análise de petições interpostas por contribuintes. Estudo das principais infrações praticadas pelos contribuintes quando da elaboração de sua escrita fisco-contábil. Verificação de falhas, vícios formais e erros do lançamento tributário e suas consequências para o processo. Requisitos da CDA e da Execução Fiscal. Pesquisa via internet de julgamentos de conselhos administrativo-fiscais e de tribunais judiciais envolvendo questões tributárias. Pesquisa via plataformas disponibilizadas de artigos mais recentes sobre teses jurídicas relacionadas aos casos práticos experimentados. Elaboração de peças nos âmbitos administrativo e judicial.

### COMPETÊNCIAS

Demonstrar ao aluno a aplicabilidade prática dos conhecimentos teóricos apreendidos, familiarizando-o com as principais questões que envolvem a relação fisco x contribuinte. Por um lado, o embasamento teórico permitiu a formação da consciência de que o tributo é necessário para financiar o Estado e a vida em sociedade; por outro lado, aqueles conhecimentos associados à prática processual destinam-se a demonstrar: as armas à disposição dos contribuintes na defesa do seu patrimônio, contra a atuação as vezes desproporcionada e ilegal do fisco; como a fazenda pública – por outra banda, deve atuar legalmente, administrativa e judicialmente, para evitar a evasão fiscal.

### HABILIDADES

- Propiciar ao aluno a percepção dos fatos, sob a ótica jurídico-tributária; auxiliá-lo na construção de uma visão crítica do direito processual tributário positivo;
- Articular teoria das disciplinas anteriores com a prática na resolução de problemas a serem enfrentados na realidade profissional, especialmente aqueles existentes nas instâncias administrativa e judicial;
- Valorizar a articulação de saberes por meio do estudo interdisciplinar, com ênfase no direito processual tributário, direito processual civil, direito constitucional, e direito administrativo;
- Desenvolver a capacidade de liderança e trabalho em grupo nas atividades de ensino, pesquisa e extensão realizados dentro da metodologia e estratégias da disciplina;
- Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica e saber utilizá-las com eficiência;
- Estimular a postura reflexiva e a visão crítica para um processo de aprendizagem autônomo e dinâmico;

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Análise de defesa administrativa interposta perante órgão administrativo de julgamento (Impugnação ao Lançamento em Auto de Infração em caso de ICMS) e respectivo estudo de Julgamento Administrativo;
2. Verificação de vícios formais e materiais do lançamento de ofício e do auto de infração e suas consequências para o processo de execução fiscal.
3. Requisitos: da quebra de sigilo bancário pela Fazenda, da CDA e da Execução Fiscal.
4. Da ação judicial de Declaração de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária: requisitos legais e aplicabilidade.
5. Da ação judicial de Anulação de Débito Tributário: requisitos legais e aplicabilidade.
6. Da ação judicial de Mandado de Segurança Tributário: requisitos legais e aplicabilidade.
7. Da ação judicial de Restituição de Indébito Tributário: requisitos legais e aplicabilidade.
8. Da ação judicial de Consignação em Pagamento de Tributo: requisitos legais e aplicabilidade.
9. Da ação judicial de Embargos à Execução Fiscal: requisitos legais e aplicabilidade.

## METODOLOGIA/ESTRATÉGIAS

Por tratar-se de disciplina com caráter prático, a metodologia mais apropriada está referida a elaboração de peças, enfim, o aprender fazendo. Evidente que será indispensável o recurso à bibliografia de fundamentação teórica e principalmente à jurisprudência administrativa e judicial. O estudo de caso também será de grande valia para o ensino/aprendizagem. As visitas técnicas do corpo discente às secretarias de fazenda no âmbito municipal, estadual e federal, bem como às procuradorias de tais entes, e o acesso prático ao sistema de fiscalização e cobrança, devidamente acompanhado pelo corpo docente, permitirá o conhecimento real de como o crédito é constituído e arrecadado.

## PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A metodologia da avaliação será diagnóstica, formativa e somativa durante todo o processo de aprendizagem, destinando-se à formação crítica e autônoma do estudante ao ensino, à pesquisa e à extensão nas atividades da disciplina. Dentro desta perspectiva, será realizada avaliação diagnóstica no início do semestre, objetivando avaliar os conhecimentos prévios dos alunos, bem como sua capacidade de articulação de saberes. As avaliações formativas ocorrerão ao longo do semestre, por meio da análise por parte do professor da qualidade das peças e dos relatórios de visitas técnicas e outras atividades a serem produzidas por aquele segundo os critérios doutrinários e legais transmitidos em sala.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Básica**

CARNEIRO, Claudio. Processo tributário : administrativo e judicial. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. Processo Tributário. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2020.

NASSER, Guilherme Sacomano. ROQUE, Nathaly Campitelli. Prática Tributária. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método: 2016.

### **Complementar**

BARTINE, Caio. Manual de Prática Tributária. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

CAIS, Cleide Previtalli. O processo tributário. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CASSONE, Vitorio; ROSSI, Júlio César; CASSONE, Maria Eugênia Teixeira. Processo Tributário; Teoria e Prática. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NISHIYAMA, Adolfo Mamoru. Prática Tribuária para o Exame da OAB. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SABBAG, Eduardo. Prática Tributária. ed. São Paulo: Método, 2020.

TORRES, Heleno Taveira; QUEIROZ, M7ary Elbe e FEITOSA, Raymundo Juliano (coord.). Direito Tributário e Processo Administrativo Aplicados. São Paulo: Quartier Latin, 2005.